

Virgínia Fontes

saúde, tema principal do evento, em um cenário de desconstrução do SUS?



Historiadora, doutora em Filosofia (Universit  de Paris X, Nanterre), com atua o na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – EPSJV/ Fiocruz, na Pós-Gradua o em História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Escola Nacional Florestan Fernandes/MST, Virgínia Fontes   a entrevistada do mês de setembro do Observatório de Análise Política em Saúde (OAPS). Na entrevista, a professora fala sobre a urgência em retomar a radicalidade do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira, o SUS enquanto potencial “trincheira sólida” de luta para resistência e avanço, e o rompimento do atual governo com práticas e valores centrais na perspectiva da humanidade e da civiliza o: “[O governo] age de forma arbitrária e truculenta, devastando em seu caminho o meio ambiente, a saúde, a educa o, a pesquisa científica, a convivência civilizada”. Virgínia analisa ainda a atua o das entidades empresariais na educa o pública, o anticomunismo no Brasil contemporâneo – que chega “ s raias do insensato” – e compartilha suas impressões sobre a 16  Conferência Nacional de Saúde (CNS), da qual participou proferindo a conferência magna. Boa leitura!

**Observatório de Análise Política em Saúde (OAPS):
Você fez a conferência magna “Democracia e Saúde” na 16  Conferência Nacional de Saúde (CNS), em agosto deste ano, em Brasília. O evento se prop  a resgatar a memória da 8  CNS (“8  + 8 ”), considerada histórica por ser um marco para a democracia participativa e para o SUS, gerando as bases para a se o “Da Saúde” da Constitui o de 1988. Quais suas impressões sobre a 16  CNS? Quais as implica es de debater democracia e**

Virgínia Fontes: Proferir essa conferência magna na abertura da 16  CNS foi um dos convites mais honrosos que já recebi e também uma das tarefas mais árduas que já cumpri. O contraste   impressionante entre os dois períodos, 2019 e 1986, quando ocorreu a 8  CNS. Em 1986 o país vivia um ambiente de abertura e de proposi es democráticas de futuro. A democracia era uma aspira o coletiva, uma lufada de ar fresco que vinha sendo conquistada desde o interior de uma dolorosa ditadura empresarial-militar, a partir de uma enorme multiplicidade de lutas e de aspira es sociais. Mesmo os setores mais conservadores e autocr ticos da sociedade brasileira sabiam que seria necessária a implanta o de procedimentos democráticos. As dificuldades eram grandes e seriam muitos os obstáculos, mas o horizonte estava aberto para o futuro.

Em 2019, o ambiente parece inverter-se. Um governo eleito pelo voto conquistado por aquelas lutas prega o contrário: desorganiza todas as conquistas sociais majoritárias, defende abertamente a violência, a tortura, a persegui o aos adversários. Age de forma arbitrária e truculenta, devastando em seu caminho o meio ambiente, a saúde, a educa o, a pesquisa científica, a convivência civilizada.

Sinceramente, senti medo ao receber o convite. Como falar a verdade em situa o tão embaçada por pesadas nuvens tão ameaçadoras? Precisei enfrentar o medo. Integro essa maioria da popula o que lutou por direitos universais, que conquistou apenas uma parte deles e vejo esse pouco ameaçado de uma destrui o tão grande que não sabemos o que poderá ser a existência social nesse país. Assim, orgulhosa pelo convite, amedrontada pela situa o, e convencida de que   preciso enfrentar por todos os meios a barbárie, tomei o convite como uma exigência  tica, como a tarefa da defesa da vida diante de ataques injustificáveis.

Em Brasília, a atmosfera da Conferência – com sua enorme variedade de participantes de todos os recantos do país, de variados grupos sociais, cores e sotaques diversos – me estimulou

poderosamente. Conferencistas acolhedores, participativos, combativos, debatendo em todos os lugares e espaços em torno da defesa do SUS e da denúncia de suas incompletudes trouxe alento e energia. Reagiram energicamente – mas civilizadamente – contra pronunciamentos que anunciavam ainda mais desmontes das políticas universais de saúde.

Ao mesmo tempo, apesar da intensidade da defesa do SUS pelos participantes, há grande atomização no interior dos diversos Conselhos. Isso me parece espelhar dificuldades que não superamos com a experiência democrática das últimas décadas, com escassa formação cultural e política voltada para os conselheiros e, sobretudo, uma grande margem de arbítrio para os dirigentes institucionais e ministros que, em muitos casos, desrespeitaram as proposições emanadas dos debates nas Conferências e até mesmo decisões ali tomadas. O crônico subfinanciamento do SUS, o deslocamento arbitrário de recursos da seguridade social, as privatizações através de Organizações Sociais implementadas como gestoras na saúde pública, a imposição da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), os procedimentos de precarização do trabalho no ambiente da saúde, muitas foram as questões gravíssimas trazidas pelas Conferências que não se traduziram em medidas efetivas dos governos anteriores.

Falar sobre democracia em 2019 envolve, pois, enfrentar as duas ordens de dificuldades – em primeiro lugar, a urgência ou a castração violenta que o atual governo explicitamente pretende impor sobre os serviços e direitos públicos universais, que não tem medida comum com tudo o que foi feito anteriormente, após a Constituição. Na atualidade brasileira, promove-se uma brutal política promotora da desigualdade e a liberdade é condicionada aos ditames impostos pelos poderosos. Sequer as regras formais são respeitadas. É algo gravíssimo e é preciso ser enfrentado. Resistir é fundamental, mas é preciso saber que diante de certas ameaças não pode haver negociação.



“Na atualidade brasileira, promove-se uma brutal política promotora da desigualdade e a liberdade é condicionada aos ditames impostos pelos poderosos. Sequer as regras formais são respeitadas. É algo gravíssimo e é preciso ser enfrentado. Resistir é fundamental, mas é preciso saber que diante de certas ameaças não pode haver negociação”

Em segundo lugar, não basta enfrentar a urgência. É preciso uma análise substantiva dos limites que não conseguimos superar nas últimas décadas e que, de certa forma, pavimentaram o caminho para a situação atual. Podemos começar por uma análise mais geral e abstrata do que significa democracia e o capitalismo.

A democracia não se limita a uma solução institucional, como o sufrágio, a representação eleitoral, divisão de poderes, etc. As definições institucionais demonstram até onde conseguiram chegar as conquistas populares em alguns momentos. A redução da democracia ao institucional limita seu alcance e obscurece seu necessário aprofundamento. Democracia é, historicamente, uma permanente tensão entre igualdade e liberdade. Isso quer dizer que a igualdade integra o âmago da questão democrática, e não uma igualdade apenas formal e abstrata. Trata-se da igualdade substantiva – que não se confunde com homogeneização – pois apenas sob a igualdade as inúmeras diferenças podem florescer. A desigualdade só instaura hierarquia e rigidez.

Essa tensão entre igualdade e liberdade não ocorre apenas no mundo das ideias, mas se verifica nas práticas e funcionamento concreto das diferentes classes sociais. Aprofundou-se o controle empresarial sobre o Estado brasileiro nas últimas décadas, tanto através da interferência direta dos grandes conglomerados econômicos, quanto através de uma infinidade de entidades empresariais sem fins lucrativos, que participam diretamente da definição e gestão de políticas públicas. A esse aumento da presença empresarial na vida econômica e social, coligada a permanentes políticas de expansão do desenvolvimento capitalista, correspondeu um crescente afastamento da participação popular e a manutenção da criminalização dos movimentos sociais populares.

OAPS: Alguns analistas apontam que o atual governo rompe com valores considerados centrais na perspectiva da civilização – tais como democracia, liberdade e empatia,

por exemplo – constituindo uma ameaça à própria noção de civilização. Considerando que o Sistema Único de Saúde (SUS) e a Reforma Sanitária Brasileira (RSB) se constituem enquanto projetos civilizatórios, como você avalia a defesa destes no atual contexto?

Virgínia Fontes: *Considero que, de fato, o atual governo rompe com práticas (e não apenas valores) centrais na perspectiva da humanidade e da civilização. A defesa da tortura é abominável, condenada historicamente em todas as instâncias internacionais. Há inúmeras práticas governamentais de estilo autocrático, com decisões presidenciais tentando se sobrepor a todas as experiências democráticas institucionais, desrespeitando processos eletivos nas universidades e outros setores públicos, liberando oficiosamente desmatamentos, estimulando assassinatos em favelas ou em latifúndios, para além de contínua perseguição ideológica e censura. É, portanto, a partir da defesa dos fundamentos da humanidade, da civilização contra a barbárie que é preciso analisar o período atual. Não à toa iniciei a conferência com grande quantidade de referências da imprensa brasileira e estrangeira sobre os atos e desmandos do atual governo.*

Retomar a radicalidade do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira é mais urgente do que nunca. A defesa do SUS não pode e não deve se limitar à defesa das limitações que as forças privatizantes – e elas são poderosas – impuseram ao SUS. A população pode compreender que o SUS é um projeto de existência social igualitária e digna, e não apenas uma coleção de hospitais e de laboratórios – mal ou bem – equipados. Precisa entender claramente que os recursos destinados à seguridade social foram sistematicamente subtraídos e muitas vezes destinados aos setores melhor aquinhoados da população, como as deduções de imposto de renda (benefícios fiscais de muitas ordens). Ela tem condições de entender que se trata de enfrentar grupos muito poderosos e que a defesa do SUS não é uma questão apenas técnica. Saúde é, de fato, democracia. Quando a democracia é insuficiente, pois não está suficientemente assentada na pressão organizada das classes



trabalhadoras, condição para a construção de formas sociais de igualdade, a saúde pública é amesquinhada. Quando a democracia é golpeada, a luta se torna ainda mais urgente e necessária, pois o horizonte é o da imposição goela abaixo dos interesses dos poderosos.

“ Precisaremos enfrentar os adversários clássicos do SUS, os defensores do capital e do lucro acima de tudo, e os oportunistas que se oferecem aos que pagam mais, dispostos a vender privadamente conquistas públicas. Enfrentamos um governo cujo alvo é dismantlar toda e qualquer conquista popular, assim como qualquer veleidade de pensamento autônomo e crítico ”

O contexto atual é extremamente complexo, pois precisamos defender com unhas e dentes o projeto da Reforma Sanitária em sua integralidade, assim como defender o próprio SUS. O SUS não foi uma doação do Estado, mas o resultado de lutas sociais que envolveram inúmeras áreas, das universidades aos hospitais, dos serviços de saúde ao conjunto da população. O SUS é um direito, assim como a democracia. O SUS foi permanentemente combatido e enfraquecido pelos poderosos. E eles o combatem exatamente pelo horizonte de igualdade que conserva, mesmo se ainda insuficiente. Ele é necessário para a grande maioria da população, é uma conquista importante e pode constituir uma trincheira sólida de luta para resistirmos e avançarmos.

Precisaremos enfrentar os adversários clássicos do SUS, os defensores do capital e do lucro acima de tudo, e os oportunistas que se oferecem aos que pagam mais, dispostos a vender privadamente conquistas públicas. Enfrentamos um governo cujo alvo é dismantlar toda e qualquer conquista popular, assim como qualquer veleidade de pensamento autônomo e crítico.

OAPS: Em entrevista à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, ao falar sobre o movimento sanitário, você afirma que a perda do horizonte ético-político é inaceitável. O que levou a essa perda? Quais os caminhos para o movimento da RSB?

Virgínia Fontes: *O Movimento pela Reforma Sanitária Brasileira procurou, sobretudo na década de 1980, reconstituir em patamar histórico mais elevado as reivindicações populares anteriores à ditadura empresarial-militar, tendo como eixo central a luta pelo direito universal à saúde. Integrou e estimulou uma série de lutas sociais. Defendia reformas efetivas e substantivas, mas não se limitava a elas, e propunha uma transformação*

social substantiva em prol da igualdade e da liberdade. A luta pela Reforma Sanitária Brasileira partia da saúde, mas não se limitava a ela: estabelecia um horizonte de lutas em todas as dimensões da existência, abrindo uma dimensão ético-política de efetiva superação das condições gerais da existência. Gramsci denominou as lutas com tais dimensões de grande política. A 8ª CNS foi um dos principais momentos de embate contra as formas retrógradas da ditadura, quando Democracia e Saúde tornaram-se lemas fundamentais. Intelectualmente, isso permitiu expandir uma nova concepção, a da determinação social da saúde. A vitória do SUS no processo constituinte de 1988 teve de enfrentar duríssima oposição. Foi em parte vitorioso ao garantir o SUS, mas as forças econômicas, política (e militares) dominantes conseguiram inserir brechas privatizantes no projeto da Reforma Sanitária. O Movimento da RSB não era homogêneo, como demonstrou André Dantas em seu livro, e houve dificuldades internas para assegurar sua necessária coesão para o enfrentamento continuado.

Após a Constituinte, a implementação do SUS exigiu enorme energia daqueles profissionais, ao lado de permanentes embates para garantir seu funcionamento e sua plenitude pública e universal. Enfrentando diversos ataques, como as reestruturações produtivas, ocorreu uma espécie de recentramento do MRSB [Movimento da Reforma Sanitária Brasileira] em direção à institucionalidade, com uma gradual perda de fôlego do panorama das lutas em prol do horizonte ético-político.

Este processo gerou tensão entre setores mais aguerridos e setores mais negociadores, ambos em permanente enfrentamento comum contra o subfinanciamento para a implementação do SUS. Esta condição resulta da atuação de um projeto 'privatista' que a todo tempo deslocou recursos públicos para o setores privados (em especial através de seguros-saúde, mas também de todo o complexo industrial, do setor médico hospitalar privado ou filantrópico).

Essas dificuldades não foram superadas ao longo do período que nos separa da Constituinte e houve uma espécie de contenção do SUS ao âmbito da saúde. Isso significa redução da

formação ideopolítica dos profissionais, dos conselheiros, e envolveu certo distanciamento das lutas populares. Os setores populares e os trabalhadores viram seu fôlego encurtado permanentemente, com sucessivas contrarreformas, mesmo quando direcionaram seus votos para partidos populares.

O mesmo não acontecia com os setores empresariais, que aprofundaram seus meios de intervenção nas políticas públicas, sua participação nos recursos públicos e ajustaram intensa máquina propagandística voltada para a população, visando a desacreditar as políticas universais.

Embora tenham ocorrido melhorias importantes no período de governos mais populares, a máquina empresarial no interior do Estado jamais foi reduzida. Ao contrário, foi alçada à parceria de primeiro plano, inclusive pelos governos do PT, o que ainda contribuiu para dificultar o processo de construção de um protagonismo popular.



“Embora tenham ocorrido melhorias importantes no período de governos mais populares, a máquina empresarial no interior do Estado jamais foi reduzida”

OAPS: Em artigo sobre a formação dos trabalhadores, você chama a atenção para a tendência de enquadramento da educação – para uma formação adequada ao mercado – característica do capitalismo e suas consequências, um processo que costuma ocorrer por meio da privatização direta e da modificação da escola pública. Esse movimento está mais forte no atual governo? Os ataques às universidades públicas e o programa Future-se são iniciativas desse âmbito?

Virgínia Fontes: Os termos da Constituição de 1988 foram um copo meio cheio (ou meio vazio), tanto para os trabalhadores quanto para o empresariado. Ao lado da garantia de uma série extensa de direitos, muitas dessas conquistas eram nuançadas com a possibilidade da complementaridade dos serviços públicos com setores privados, os quais poderiam ter acesso aos recursos orçamentários públicos. Desde o imediato pós-constituinte, o empresariado brasileiro e seus associados internacionais conduziram intensas batalhas para ocupar, drenar recursos e direcionar o conjunto das políticas públicas. Historicamente mantinham estreitas relações com a política e com o próprio Estado, e ampliaram suas entidades na

sociedade civil.

Segundo a análise gramsciana, a sociedade civil não se opõe ao Estado, mas o integra e é um dos mais importantes espaços de formação de sociabilidades, de consciências, de organização para a defesa de reivindicações e de projetos societários. É, portanto, uma das arenas de lutas sociais e de classes, tanto dos dominantes quanto dos dominados.

Na década de 1990 e início do século XXI aprofundou-se e expandiu-se uma malha empresarial na sociedade civil e, conforme

demonstrei no livro 'O Brasil e o Capital-imperialismo', ela procurava então agir principalmente em duas direções: neutralizar de forma persuasiva as organizações populares que nasciam na sociedade civil, através de projetos e financiamentos, e drenar recursos públicos para a atuação privada sem fins lucrativos. Tiveram sua primeira grande vitória com a Reforma do Estado levada adiante no governo Fernando Henrique Cardoso, sob a batuta de [Luiz Carlos] Bresser-Pereira. No século XXI essa malha da sociedade civil empresarial ainda se adensaria, como

fartamente demonstrou Flavio Casimiro no livro 'A nova direita no Brasil', com aparelhos diretamente ideológicos e mantendo estreita articulação com o Estado e com os diferentes governos.

A educação é um terreno vasto e precisamos tomar cuidado para definir claramente do que estamos falando. Vou mencionar apenas dois de múltiplos aspectos: a educação escolar pública e a educação através de práticas associativas dispersas.

Houve enormes lutas no século XX em defesa de uma educação pública universal, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada, em todos os níveis, do pré-escolar à Universidade. Assim como na saúde, a Constituição assegurou esse direito, mas deixou brecha para a complementação com o setor privado (com ou sem fins lucrativos). Saúde e educação públicas avançavam após a Constituição, enfrentando não apenas setores privados poderosos que já atuavam nessas áreas, em concorrência direta, como sua atuação sistemática no sentido de direcionar a própria política pública. Temos, pois, um

setor público e um privado, sendo que este último sempre recebeu recursos públicos.

Além disso, e o que me parece extremamente importante, as inúmeras entidades empresariais sem fins lucrativos criadas a partir da década de 1990 voltaram-se para 'complementar' ou 'apoiar' a escola pública, especialmente no nível fundamental. Recebiam benefícios fiscais através de isenções de impostos e, adicionalmente, vendiam pacotes de 'programas' de ajuste, programas curriculares, 'sistemas de ensino', material didático, etc.

Apenas para lembrar algumas das mais conhecidas: Instituto Ayrton Sena, Fundação Roberto Marinho, Instituto Lemann, e as duas entidades aglomeradoras das iniciativas empresariais: Movimento Todos pela Educação (TPE) e Movimento Todos pela Base, este último em prol da aceleração da implementação da Base Nacional Curricular Comum. Atuaram diretamente dentro do Estado, formulando políticas, fazendo suas avaliações, definindo procedimentos, mas também arregimentaram bases populares, através de intensa agitação propagandística e da própria incorporação de trabalhadores

sem direitos nessas entidades (voluntários).

Esse breve exemplo permite compreender que as entidades empresariais atuaram na educação pública, formal, escolar e na formação paralela de enorme quantidade de jovens através dessa sociabilidade própria da sociedade civil, que também contava com recursos públicos. Essas são iniciativas das classes dominantes para conter as conquistas populares que deveriam multiplicar-se a partir dos espaços públicos e direitos sociais. A privatização não é apenas direta, com o crescimento de entidades particulares (escolas, universidades, etc), mas também indireta, com o controle dos recursos e das políticas públicas.

Essa sociedade civil empresarial continua atuando, mas perdeu algum espaço no governo Bolsonaro, cuja atuação é mais diretamente repressiva, como a proposta de colégios policiados (a 'militarização' através das polícias militares e de bombeiros) e o estrangulamento imediato de recursos para as políticas universais. Parece haver tensões entre esses setores das classes dominantes, mas tais tensões



“ Desde o imediato pós-constituente, o empresariado brasileiro e seus associados internacionais conduziram intensas batalhas para ocupar, drenar recursos e direcionar o conjunto das políticas públicas ”

permanecem epidérmicas, ao menos enquanto prossegue a retirada brutal dos direitos dos setores populares. Ao que tudo indica, todos os setores empresariais de algum peso concordam com o estrangulamento dos direitos universais, embora pareçam discordar pontualmente da maneira como está sendo realizado.

OAPS: Quais as consequências de uma educação voltada para o mercado, sem os elementos necessários para a formação de uma classe trabalhadora, destacada por você no artigo, em especial nessa conjuntura de ataques aos/às trabalhadores/as?

Virgínia Fontes: Políticas universais públicas não são uma conquista definitiva em regimes democráticos de sociedades capitalistas. A correlação de forças que permite sua conquista não significa que perdurará, uma vez que o próprio de sociedades capitalistas é promover e aprofundar as desigualdades sociais, assim como a atuação empresarial visa adequar os trabalhadores para as necessidades do lucro e não da existência humana.

O avanço empresarial em tais políticas públicas gera enorme confusão, uma vez que tende a tornar indistinto o que responde às aspirações dos trabalhadores e a suas reivindicações históricas e o que não passa da atualização das formas de dominação do capital.

Os próprios profissionais – da educação ou da saúde – ficam confusos, buscando recursos para assegurar o funcionamento de suas instituições e sem perceber que estão sendo direcionados para a subordinação ao controle empresarial. Isso significa que sem enfrentar as raízes do processo, estaremos destinados a apagar incêndios incessantemente acendidos pelo empresariado. Assegurar formações sobre o capitalismo contemporâneo, atuar junto a movimentos sociais populares – eles, sim, os destinatários e sujeitos das políticas universais – e recusar interferências empresariais é uma condição fundamental para assegurar direitos. É na

atividade constante junto aos setores populares, na qual se formam tanto tais sujeitos quanto os formadores, que se pode vislumbrar a possibilidade de garantir direitos e de avançar nesses direitos. Infelizmente, houve muito pouco dessa formação nas últimas décadas e boa parte dela foi entregue a setores empresariais.

OAPS: O anticomunismo faz parte do nosso passado enquanto país, sendo utilizado para justificar golpes, unir conservadores e, mais recentemente, enfrentar governos petistas. Quais elementos da história brasileira ajudam a explicar as sucessivas reapropriações desse conceito? O discurso anticomunista é uma pedra no sapato na defesa da democracia?



“Essas são iniciativas das classes dominantes para conter as conquistas populares que deveriam multiplicar-se a partir dos espaços públicos e direitos sociais. A privatização não é apenas direta, com o crescimento de entidades particulares (escolas, universidades, etc), mas também indireta, com o controle dos recursos e das políticas públicas”

Virgínia Fontes: O anticomunismo faz parte da história do Brasil, mas também integra a história mundial desde 1871, desde a Comuna de Paris. As classes dominantes aqui e lá fora intensificaram sua atuação repressiva de maneira preventiva para impedir que a população trabalhadora possa efetivamente dirigir seus próprios destinos.

Após a Revolução Russa, houve um aumento das lutas populares em todo o mundo e o combate contra a Revolução russa foi inclusive militar. O nazi-fascismo foi uma das respostas desse anticomunismo. Falsificou reivindicações de trabalhadores, como o 'nacional-socialismo', para realizar assassinatos

em massa de comunistas e de opositores, preparando-se para invadir militarmente a antiga União Soviética. Derrotado pela aliança entre soviéticos e estadunidenses, logo após o final da II Guerra Mundial, os Estados Unidos isolariam a União Soviética, implantando a Guerra Fria, expandindo intensa propaganda anticomunista em todo o mundo e realizando forte repressão aos comunistas, sendo o Macartismo seu exemplo mais dramático.

O golpe empresarial-militar de 1964 no Brasil – que, aliás, teve apoio dos Estados

Unidos, inclusive para seus períodos mais repressivos, formando militares na Escola das Américas – teve como base intensa manipulação empresarial através do complexo Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD (de origem e recursos estadunidenses) e IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, diretamente financiado pelo empresariado brasileiro, também com apoio estadunidense. Tais empresários empolgaram as principais posições no comando do Estado brasileiro após o golpe, como o demonstrou René Dreifuss.

No Brasil contemporâneo, a situação chega às raias do insensato. O governo atual denuncia como comunismo qualquer iniciativa de melhoria das condições populares, mesclando todas as formações políticas em seus variados espectros e programas. O Partido dos Trabalhadores jamais foi comunista e sua atuação quando no governo favoreceu, ao contrário, os setores empresariais. Não deixa de ser elogioso aos comunistas, apesar da insensatez, pois isso mostra como estes se preocupam com as condições de vida e de acesso às decisões das grandes maiorias, inclusive no aspecto das lutas contra as discriminações de gênero, contra o racismo, contra a homofobia, etc. É evidente que se trata de satanizar qualquer tentativa popular autônoma de organização, preparando sucessivos golpes antidemocráticos, o que prepara o terreno para truculências ainda maiores.

O anticomunismo está estreitamente associado aos golpes políticos antipopulares e ao esvaziamento da democracia. Há, entretanto, uma diferença no anticomunismo de 1964 e no atual, de 2019. Naquela época tratava-se de implementar a ferro e fogo um projeto de desenvolvimento do capitalismo, baseado no tripé entre as multinacionais, o grande capital privado brasileiro e as grandes empresas estatais, do que resultaria um salto de modernização, embora conservadora, autoritária e truculenta. No período atual, não há qualquer projeto de futuro, salvo a destruição de todas as conquistas populares. O atual governo é unicamente regressivo e deixará exangue a população brasileira.

Confira outras entrevistas do OAPS:



Mário Scheffer



Luís Eduardo



Pedro Delgado



Nelson Pretto



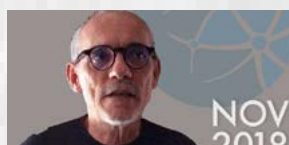
Eduardo Fagnani



Paulo Sérgio Pinheiro



Rogério Queiroz



Luiz Filgueiras



Edna Araújo



Ines Dourado



Jurema Werneck



Graça Druck

Expediente

Coordenador Geral: Jairnilson Paim

Coordenação Executiva OAPS: Maria Guadalupe Medina

Coordenação Executiva CDV: Carmen Fontes Teixeira

Equipe OAPS: Gerluce Alves

Equipe CDV: Isabela Ramos Porto | Maria Creuza Silva |
Thadeu Borges Souza Santos

Comunicação: Inês Costal | Patrícia Conceição

Tecnologia da Informação: Diego Corrêa | Fernando
Passos | Gilson Rabelo | Juliana Argolo | Sérgio Santana